



Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE JANEIRO DE 1991

ANO XVII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 09.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 1991
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Homero Oguido.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, David Cheriegate, Ferrari Júnior, Irondi Pugliesi, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Namir Piacentini, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti e Rafael Greca (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

21 Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Qual foi o resultado da votação da Ata?

Eu pedi verificação. Qual foi o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência requereu verificação e o Deputado Caíto Quintana requereu chamada nominal.

São vinte e um Senhores Deputados.

Vossa Excelência quer novamente?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu estou requerendo a verificação, porque eu quero saber quantos votaram a favor e quantos votaram contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será atendido. Os Senhores Deputados que aprovam a Ata, conservem-se como estão. Aprovada.

Para a Ata são necessários dezoito (18) Senhores Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - A presença sim. Eu quero saber o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que rejeitam a Ata, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) Senhores Deputados aprovam a Ata.

Está Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - proceda à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem nº 02/91

Curitiba, 16 de janeiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor de Cr\$ 25.884,99 (vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro cruzeiros e no-

venta e nove centavos), a VITORIA SANTORO URBANO, viúva do ex-Prefeito do Município de Nova Esperança, João Urbano.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, con-substancia medida, que sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, tendo em vista que assegura condições mínimas de sobrevivência a uma senhora que por não possuir quaisquer recursos próprios com que se manter, vem passando por muitas dificuldades.

Por outro lado, vale mencionar que a forma adotada, de valor expresso em cruzeiros é a que no momento, melhor atende as disposições das Leis Federais n°s 7.780, de 03.07.89 e 7.843, de 18.10.89, as quais não permitem a vinculação de salário mínimo para benefícios da natureza deste que se pretende conceder.

Certo de que a medida merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica concedida a Sra. Vitória Santoro Urbano, viúva do ex-Prefeito do Município de Nova Esperança, Senhor João Urbano, uma pensão no valor de Cr\$ 25.884,99 (vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro cruzeiros e noventa e nove centavos).

Parágrafo Único - A pensão de que trata o "caput" deste artigo será reajustada nos índices e datas dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Art. 2° - A pensão de que trata o "caput" deste artigo deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n°s DTL/63, 64 e 65/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n° 612, 614 e 621/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n°s DTL/SAT/50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66 e 67/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n°s:

Curitiba, segunda, em 21.01.91

465/90 - Do Poder Executivo, que altera a estrutura organizacional básica da Polícia Civil do Estado, de que trata o Decreto n° 4.884, de 24 de abril de 1972, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.534. Anote-se Arquive-se.

566/90 - De autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que altera conforme especifica a Lei n° 8.521, de 06 de julho de 1987, alterada pela Lei n° 9.114, de 1° de novembro de 1989, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.535. Anote-se Arquive-se.

603/90 - Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o Município de Bocaiuva do Sul, Termo de Cessão de Uso do Imóvel que especifica, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.536. Anote-se Arquive-se.

600/90 - Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o Município de Cruzeiro do Oeste, Termo de Cessão de Uso do Imóvel que especifica, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.537. Anote-se Arquive-se.

606/90 - Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Tuneiras do Oeste, o imóvel que especifica, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.538. Anote-se - Arquive-se.

540/90 - Do Poder Executivo, que concede abono provisório aos integrantes do Magistério Estadual, na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.539. Anote-se Arquive-se.

467/90 - Do Poder Executivo, que dispõe sobre proventos dos funcionários públicos inativados no cargo de Guarda-Civil, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.540. Anote-se Arquive-se.

547/90 - Do Poder Executivo, que cria no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, sob o regime jurídico da CLT, os empregos que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.541. Anote-se - Arquive-se.

468/90 - Do Poder Executivo, que cria o estágio remunerado nas instituições públicas estaduais, da administração direta e indireta e fundações instituídas pelo poder público, a título de iniciação ao trabalho, ao adolescente carente vinculado a programas oficiais ou internado em es-

tabelecimento oficial, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.542. Anote-se. Arquite-se.

631/90 - De autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede a Senhora Ignez Piccolo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Senhor Mauro Cardoso de Oliveira, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 17.673,64, o qual convertido em lei tomou o n° 9.543. Anote-se. Arquite-se.

610/90 - De autoria do Deputado Rubens Bueno e outros, que declara de Utilidade Pública Estadual, a ADESCAM - Associação dos Docentes de Ensino Superior de Campo Mourão, com sede e foro na municipalidade de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.544. Anote-se. Arquite-se.

545/90 - De autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Igreja Apostólica Primitiva no Brasil, com sede e foro em Curitiba, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.545. Anote-se. Arquite-se.

543/90 - De autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica Segundo Exército da Salvação, com sede e foro na cidade de Curitiba-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.546. Anote-se. Arquite-se.

633/90 - Do Poder Executivo, que reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.457. Anote-se. Arquite-se.

618/90 - De autoria do Deputado Acir Mezzadri, que declara de Utilidade Pública, a área compreendida entre as Rodovias BR-277 e BR-376, na localidade de São Luiz do Purunã, município de Balsa Nova, conforme especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.458. Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação do Projeto de Resolução n° 002/91.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 3053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação do Projeto de Lei n° 005/91.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 3054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação do Projeto de Lei n° 002/91.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 3055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER Preferência de Discussão e Votação, para o Projeto de Resolução n° 04/91, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 3056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão e Votação, para o Projeto de Lei Complementar n° 323/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 3048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de Discussão e Votação da Redação Final, para os Projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 3046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 323/89, constante da Pauta da Sessão de

hoje em 2.^a discussão.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 3057

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER voto de agradecimento aos funcionários abaixo relacionados pelo inestimável trabalho prestado à Comissão Especial Interpartidária Estadual que estudou o Sistema Financeiro do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: Algaci Túlio, Pedro Tonelli e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Dado a importância de que se revestiu esta Comissão que pelo espaço de tempo relativamente curto, atingiu o êxito na conclusão dos trabalhos, como Relator da Comissão, acreditamos ser justo contemplar os valorosos funcionários que muitas vezes a custo do horário de suas refeições propiciaram de forma direta ou indireta a conclusão dos trabalhos.

Em razão disso, requeremos a devida anotação deste agradecimento nas Fichas Funcionais dos funcionários que abaixo relacionamos:

TAQUÍGRAFO	MATRÍCULA
Airton César Santin	182
Amarildo Rodrigues de Oliveira	209
Doroti Wolkmer Linhares	088
Elza Araújo Ribeiro	022
Ísis Rita de Cássia Costa	205
Kátia Maria Tronkel Brunetti	217
Maria de Lurdes Mafra Magalhães	011
Maria do Rosário Marques	064
Maria Liliam D'Amaral Borchardt	195
Odete Mueller	016
Paulo Greiffo Coutinho	004
Pedro Paulo Bueno dos Santos	005
Regina Trinkel Araújo	185
Sônia Goretti de Oliveira Carvalho	058
(TELEX) Sandro do Nascimento	644
(XEROX) Heitor da Silva Duarte	489

COORDENADORIA DAS COMISSOES

Jefferson Abade

Idília Débora Gineste

SETOR DE ESTUDOS E ASSESSORAMENTO TÉCNICO

José Carlos Portela (Matrícula:574)

REQUERIMENTO 3049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência à Secretaria de Estado da Fazenda, alertando quanto à cobrança do ICMS no valor da venda de veículo.

Segundo publicações pela imprensa, com declarações de protesto dos proprietários

de revenda, o Estado do Paraná cobra tributos de operação de revenda antecipadamente, a 12% do valor da fábrica. Tal operação, tem inviabilizado à realização de concorrência em condições de efetiva competitividade, como pretende o Governo Federal quando pôs fim ao tabelamento.

A livre concorrência não está se dando, em função do mencionado pagamento antecipado do imposto. Assim sendo, as revendedoras não podem, dentro do mercado chamado livre, oferecer preços menores, pois tem que pagar o preço fixado anteriormente.

A exemplo de São Paulo, a cobrança deverá ser feita quando efetuada a venda, em que a concessionária pagaria o percentual de acordo com o preço revendido ao consumidor, podendo, dessa forma, desenvolver um mercado de livre concorrência, beneficiando seguramente os compradores de veículos.

Sala das Sessões, em 21.01.91.

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta data, apresentamos a esta Casa o relatório da Comissão Especial Interpartidária para estudo do sistema financeiro do Estado do Paraná.

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL

INTERPARTIDÁRIA PARA ESTUDO DO SISTEMA FINANCEIRO DO ESTADO DO PARANÁ

I - INTRODUÇÃO

Esta Comissão Especial Interpartidária foi criada e aprovada no dia 28.12.90 e instalada em 07.01.91, a partir de requerimento do Deputado Rubens Bueno, em consequência da Mensagem 189/90, de 05.11.90, encaminhada pelo Sr. Governador do Paraná à Assembléia Legislativa. Na Mensagem, o Poder Executivo solicita autorização para proceder a retirada do Estado do Paraná como participante do BRDE, ou sua liquidação ordinária.

Apenso à Mensagem, o Sr. Governador encaminhou anteprojeto de lei, em cujo artigo 2° propõe que o acervo líquido do BRDE, que couber ao Estado do Paraná, seja destinado prioritariamente ao reforço do patrimônio do BADEP.

Deveu-se o requerimento à falta de informações e de justificativas suficientes no corpo da Mensagem, que pudessem embasar adequada e consistentemente a decisão da Assembléia Legislativa.

A finalidade da Comissão é, portanto, a de elaborar estudos, efetuar relatório e emitir parecer conclusivo para apreciação no Plenário da Assembléia, com o propósito de instruir a votação do projeto de lei, enfocando a questão do BRDE dentro do contexto do Sistema Financeiro Estadual e de sua inserção no processo de desenvolvimento da Região Sul do País.

Fatos novos viriam fortalecer a proposta de instalação da Comissão.

Em 03.01.91, o Sr. Governador do Estado anunciou, a pretexto de complementar a reforma administrativa do Executivo Estadual, a decisão de extinguir o BADEP, o que, somando-se à saída do Paraná do BRDE, levaria à criação de uma Carteira de Fomento no BANESTADO, para suprir as funções de instituições de desenvolvimento.

Para poder cumprir com a finalidade, a Comissão deliberou convocar e ouvir os representantes das instituições que compõem o Sistema Financeiro Estadual, ou seja, a Secretaria da Fazenda, o BADEP, o BRDE e o BANESTADO.

Deliberou a Comissão, ainda, convocar os representantes do BACEN, a falarem sobre a extinção do BADEP e sobre a retirada do Estado do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE.

Foram ouvidos os representantes do BADEP, BANESTADO, BRDE, SEFA e BACEN.

O item segundo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, traz um resumo dos depoimentos dos representantes do sistema financeiro estadual.

No dia oito de janeiro de 1991, a Comissão Interpartidária ouviu representante dos funcionários, Jorge Guerra, e o Diretor Geraldo Molina do BADEP. De um documento de 54 páginas taquigráficas. Nós resumimos os depoimentos tanto do diretor, como do representante dos funcionários.

Banco do Estado do Paraná.

No mesmo dia, 08 de janeiro de 1991, compareceu perante a Comissão o Sr. José Pio Martins, representando o Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. De um documento de 50 páginas de notas taquigráficas, extraímos tópicos que expressam depoimento daquele dirigente do BANESTADO neste relatório.

Em 09 de janeiro de 1991, compareceram perante a Comissão Interpartidária os representantes do BRDE:

- Wilson Carvalho Moreira, Presidente do Conselho Diretor.

- Sandra B. Tavares, Vice-Presidente do Conselho Diretor.

- José Ribamar B. dos Reis, Diretor de Planejamento indicado pelo Governo do Paraná.

Lindamir T. Quech, Presidente da Associação dos Profissionais do BRDE.

De um depoimento de 54 páginas de ano-

tações taquigráficas, destacamos também os tópicos que estão inseridos neste relatório.

No dia 10 de janeiro, às 17:00 horas, conforme roteiro pré-estabelecido e aprovação pela Comissão, deixou de comparecer, perante a comissão, o Sr. Secretário da Fazenda Adelino Ramos. Reconvocado, ele veio a participar da nossa comissão no dia 14 de janeiro de 1991. Foi destacado este resumo de um documento de 123 páginas de notas taquigráficas.

No dia 10 de janeiro de 1991 também deixou de comparecer o representante do Banco Central. Reconvocado, colocou-se à disposição, em Brasília, para ouvir a Comissão, o que aconteceu no dia 15 de janeiro, às 16 horas, na sede do Banco Central em Brasília. Autorizada pela Comissão interpartidária, a Comissão se deslocou até Brasília com os Deputados indicados, aprovado pela Comissão, e também com uma representante da Coordenação de Taquigrafia desta Casa.

De um depoimento de 59 páginas, também destacamos os pontos principais neste relatório.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, constatamos alguns pontos dos depoimentos que merecem discussão pelo plenário desta Casa.

Pelas informações obtidas nos depoimentos dos representantes perante a Comissão conclui-se, sem dificuldade, que foi implementado pelo Executivo Estadual um processo que, a pretexto de ultimar uma reforma administrativa, se caracteriza pela ausência de uma ação planejada e devidamente aprovada pelas instâncias previstas na Constituição do Estado do Paraná.

A precipitação e a falta de argumentos convincentes que ficam evidenciadas nas iniciativas do Executivo, que eliminam, a um só tempo, dois bancos de desenvolvimento do cenário sócio-econômico do Paraná, a favor de uma carteira de desenvolvimento no BANESTADO S/A são tão flagrantes que fragilizam comprometedoramente as propostas e recomendam extrema cautela por parte da Assembléia Legislativa na sua análise.

Como exemplos, sem esgotar o assunto, são destacáveis:

1º) A informação de que não existe um plano de reforma administrativa, levando à suposição de que medidas de profundo impacto aos interesses do Estado do Paraná estão sendo acionadas emocionalmente, à luz de conveniências imediatas que supostamente poderiam ser vantajosas e tendo em vista interesses políticos que extrapolam ao conhecimento da sociedade paranaense.

É inconcebível, nessa linha, que não tenham sido analisadas, adequadamente, as repercussões das notícias de extinção do BADEP, por exemplo, que, somente a nível

de BNDES, pode vir a comprometer o programa de telefonia rural - US\$ 100, 0 milhões - e o programa de armazenamento - US\$ 40,0 milhões - além de provocar a paralisação do fluxo de créditos de longo prazo para o Paraná, interrompendo o processo de expansão industrial e de modernização da infraestrutura do Estado.

É igualmente inconcebível que a Mensagem que propõe a retirada do BRDE esteja tão parca e fracamente argumentada, limitando-se à intenção de eliminar uma dualidade de bancos de desenvolvimento no Estado que, nas três últimas décadas, só contribuiu positivamente para a elevação do PIB paranaense, a geração de empregos e a elevação da arrecadação tributária do Estado.

A Mensagem tem o agravante de ter sido enviada ao Legislativo no momento em que o BNDES acenava com a liberação de 37,0 milhões de BTN's para aplicação pelo BRDE; a Mensagem propõe ainda a destinação do acervo residual para fortalecer o patrimônio do BADEP, cuja extinção seria anunciada alguns dias após o envio da mesma.

2º) A desinformação que tem levado o Sr. Governador do Estado a argumentar que a eliminação dos dois bancos de desenvolvimento é do interesse do BACEN, o qual estar-se-ia louvando em condicionantes fixadas pelo Banco Mundial para financiar o saneamento do sistema financeiro estatal do País.

A principal dessas condicionantes seria a retirada do poder público do Sistema Financeiro Nacional, o que engloba, em princípio, os bancos de desenvolvimento e os bancos comerciais estaduais.

A propósito, anexamos cópia do relatório do Banco Mundial sobre as gestões iniciadas com o Governo brasileiro, visando à concessão do empréstimo referido (novembro/1988).

Destacamos algumas menções contidas nas páginas 3, 18, 21 e 25, das quais se conclui:

a) que o Banco Mundial advoga a liquidação ou privatização dos bancos comerciais estaduais e não necessariamente dos bancos de desenvolvimento;

b) que os bancos comerciais estaduais atuam concorrendo com o segmento de bancos comerciais privados;

c) que o repasse de créditos de longo prazo está baseado praticamente ao Sistema BNDES, apoiado em poupanças compulsórias;

d) que o BACEN, à época, estava preparando um projeto para "equacionamento do problema dos bancos estaduais, através da sua privatização, liquidação ou reestruturação" (a parte entre aspas é cópia fiel);

e) que, no entendimento do Banco Mundial, os bancos comerciais estaduais "não têm qualquer função econômica importante

que não possa ser desempenhada pelos bancos privados existentes" (entre aspas é cópia fiel).

3º - A desatenção aos preceitos da Constituição do Estado do Paraná, que no inciso XIX do Artigo 27 diz:

XIX - depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

Ficou evidenciado nos depoimentos dos representantes da Secretaria da Fazenda, o seu desconhecimento quanto à obrigatoriedade constitucional de se submeter à aprovação da Assembléia Legislativa qualquer reforma administrativa que implique em alterações nas empresas públicas.

A decisão de pedir ao BACEN a liquidação extrajudicial do BADEP não poderá ocorrer sem que, com antecedência, haja autorização do Poder Legislativo para tanto.

4º - A situação financeira do BADEP é realmente considerada delicada pelo BACEN, em vista do empréstimo existente perante o próprio BACEN e pendente de pagamento desde janeiro/90.

O BACEN, no entanto, confirma a possibilidade de financiar o Estado do Paraná para quitá-la, em condições de prazo desde taxas consideradas atraentes.

De outro lado, o BACEN confirma a consulta informal feita pelo Sr. Governador Álvaro Dias sobre a possibilidade de aquele Banco, mediante solicitação formal do Governo do Estado do Paraná, promover a liquidação extrajudicial do BADEP.

Comprometeu-se o Sr. Governador, inclusive, a apresentar a solicitação formal até o final de janeiro/91.

Segundo o BACEN, existe tanto a possibilidade de liquidação extrajudicial a pedido do Governo do Estado do Paraná - fato que, naturalmente, o eximiria de responsabilidades públicas pela iniciativa - quanto por deliberação exclusiva do próprio BACEN, em consequência do título vencido e não pago pelo BADEP e sequer honrado pelo Governo do Estado do Paraná.

5º - As sérias dúvidas sobre a condição de o BANESTADO S.A., com uma carteira de desenvolvimento, poder suprir as funções do BRDE e do BADEP.

6º - A certeza de que o BANESTADO, se lhe ocorrerem condições adversas como ocorreram com o BRDE e o BADEP aquele com elevado endividamento dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e este sacrificado por duas instituições públicas, CIC e CODEL, e um megaprojeto, a Usina Central do Paraná - incorrerá futuramente na mesma situação que o BRDE e BADEP

vivem.

No caso, com o agravante de o BANESTADO S/A possuir 49% de seu capital pertencente a acionistas privados, avessos a altos riscos e baixos dividendos.

7° - O BRDE possui condições operacionais que, todavia, estão prejudicadas, hoje, pelo projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa propondo a retirada do Paraná daquela autarquia triestadual e pela falta de acerto com o BNDES das condições de pagamento de encargos referentes a valores devidos na época da liquidação, conforme lhe faculta a Lei.

IV - FATOS IMPORTANTES

1 - Em 26.01.89 e 30.01.89, o BADEP obteve empréstimos do BACEN, avalizados pelo Governo do Paraná e que, em 31.12.90, ascendiam a CR\$ 17,9 bilhões.

Em 08.03.90, numa das tentativas de reescalonar a dívida, a Diretoria do BACEN comunicou a aprovação do plano de recuperação do BADEP e a concessão de empréstimos equivalente à dívida contraída. Condiicionou a concessão, todavia, ao compromisso de o Estado do Paraná incorporar o BADEP ao BANESTADO no prazo de um ano, contado da data de assinatura do contrato.

2 - Em 07.03.89, o BRDE viria a ter decretada a sua liquidação extrajudicial pelo BACEN.

3 - Em 14.03.90 o Conselho Monetário Nacional, através do Voto 048/90, suspendeu a liquidação extrajudicial do BRDE que passou a atuar em regime de administração especial temporária. Em consequência, em junho/90, o Governo do Paraná firmou novo compromisso com o BACEN, desta feita por ocasião da assunção das dívidas dos governos estaduais perante o BRDE, no qual assumiu a obrigação de eliminar a dualidade de bancos de desenvolvimento: BADEP, BADESC E BADESUL, até 14 de março de 1991, prazo prorrogável, conforme faculta a Lei n° 2321, de 1987.

4 - A dívida do BADEP com o Banco Central, após sucessivas postergações, está vencida desde 21 de janeiro de 1990. E a despeito de existência de linha de financiamento do Banco Central, para este fim, e a própria manifestação positiva daquela autarquia federal não foi regularizada até esta data. O Banco Central pode, portanto, a qualquer momento, ou reter parcelas do ICMS, de direito do Estado do Paraná, para ressarcir-se, ou debitar a dívida na reserva bancária do Banestado.

5 - Já foram encaminhadas ao Banco Central três versões para o enquadramento do BADEP no "PROREF" (sic), que é a linha de empréstimos de recuperação antecipada, tendo as duas primeiras sido assinadas pelo Senhor Secretário da Fazenda do Paraná e devolvida pelo Banco Central, sob a ale-

gação de não enquadramento nas resoluções vigentes, no momento da apresentação das mesmas. A última versão foi apresentada em 28 de dezembro de 1990, sem a assinatura do Sr. Secretário da Fazenda, provavelmente em decorrência das contradições e precipitações, que àquela altura caracterizaram as decisões do Governo Estadual, em relação ao BADEP e à CIC.

6 - O BADEP possui uma dívida com o Banestado, resultado de captações de curto prazo no mercado financeiro, para poder honrar junto às fontes de compromissos não cumpridos pelos devedores principais, CIC e Atalla, que em 31 de dezembro de 1990, girava em torno de 9,3 bilhões de cruzeiros. Por estas operações, o Banestado cobra do BADEP taxas substancialmente acima das de mercado, evidenciando além da geração de lucros volumosos ao BANESTADO, absoluta falta de comando na administração das finanças do Estado.

7 - O BADEP possui um crédito junto à CIC, Cidade Industrial de Curitiba, consequente de um apoio financeiro prestado para instalação da Cidade Industrial de Curitiba, que em 31.12.90 situava-se em torno de 18,6 bilhões de cruzeiros. Em junho de 1990, a Prefeitura Municipal de Curitiba teve aprovada a liminar na qual se exime da responsabilidade do pagamento desta dívida, argumentando que por força do convênio firmado com o Governo do Estado, a aludida dívida é de integral responsabilidade do Governo Estadual. Em 27.11.90, o Senhor Secretário da Fazenda, através do Ofício 652/90, encaminhou ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, minuta de escritura pública que resume os amplos entendimentos que culminaram no acordo alcançado entre esta Prefeitura, a CIC S/A, o BRDE, o BANESTADO e o BADEP, com vistas à consolidação e ao equacionamento das dívidas daquela empresa municipal junto aos bancos oficiais. A correspondência diz, ainda, que "anexa minuta, ressalta ainda o empenho do Poder Executivo Estadual em cooperar financeiramente, nos termos, ajustados, com a solução do problema". E o ofício complementa, dizendo da "Expectativa de que o acordo possa ser implementado com a maior brevidade possível, configurando a consolidação de evento de significação histórica para o futuro do Estado do Paraná e o Município de Curitiba. Anexamos o referido ofício ao presente relatório. Em 28.11.90, ou seja, no dia seguinte, o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, através do Ofício 157/90, acusa o recebimento do Ofício 652/90 do Senhor Secretário da Fazenda e, a certa altura, diz que "tanto quanto V.Exa. compartilhamos da expectativa de que o acordo, se formaliza, obedecidas as condições ajustadas, certamente terá a significação histórica res-

saltada no ofício de V.Exa. Capeamos, também, o Ofício 157/90 da Prefeitura Municipal de Curitiba. Anexamos, igualmente, a cópia do acordo, mediante o qual o Estado do Paraná assumiria 60% do total da dívida. O Acordo, apesar de proposto pelo Estado do Paraná, estranhamente deixou de ser por ele cumprido.

8 - No compromisso firmado pelos Governos estaduais da Região Sul com o BACEN, em 14.03.90, com vistas ao levantamento da liquidação extrajudicial do BRDE, o Governo do Paraná assumiu um financiamento concedido pelo BACEN da ordem de 77 milhões de BTN's, com prazo de 15 anos (18 meses de carência) e custos de 6% ao ano mais BTN. Em contrapartida, o Governo do Paraná indicaria ao BRDE quais dos débitos de responsabilidade do Estado junto a essa Instituição deveriam ser compensados no BRDE. Até a presente data, foram compensados, a pedido do Governo do Paraná, tão somente, débitos contraídos por empreiteiras, equivalentes a 25% daquele crédito.

9 - O BRDE, consideradas as três agências estaduais, apresentou balancete, em 30.11.90, com patrimônio líquido positivo de Cr\$ 8,5 bilhões. Ressalte-se que de todos os créditos de liquidação duvidosa que o BRDE possui, sejam eles públicos ou privados, foram retirados de seu Ativo e compensados como créditos em liquidação.

10 - O BADEP possui um crédito junto ao Grupo Atalla, por força de créditos concedidos à Usina Central do Paraná para implantação de complexo industrial de produção de açúcar e álcool em Porecatu, superior a US\$ 240 milhões. Em garantia, existem 26 fazendas do Grupo e o complexo agroindustrial. O Banco do Brasil está gerenciando ações, com o apoio dos demais banco credores do Grupo Atalla, para equacionar a dívida daquele Grupo, via conversão de dívida externa.

11 - O BADEP possui um crédito junto à Companhia de Desenvolvimento de Londrina, CODEL, estimado em 31.12.90, em Cr\$ 3,5 bilhões, resultado de apoio financeiro para a implantação da rodoviária de Londrina. Este débito foi assumido pelo Governo do Estado em 22.11.85 e, até a presente data, não foi pago.

12 - Os créditos que o BADEP possui junto à CODEL e à CIC, o primeiro de responsabilidade do Estado do Paraná e o segundo em discussão judicial, perfazem mais de Cr\$ 22 bilhões.

13 - Há evidente preocupação do Governo do Estado em, antes de solicitar ao BACEN a liquidação extrajudicial do BADEP, viabilizar o pagamento da dívida que o BADEP possui perante o BANESTADO.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 - A reabilitação econômico-financei-

ra do BADEP depende, além da vontade política, do equacionamento das dívidas da CODEL, CIC.

2 - A volta do BRDE às suas atividades normais depende, exclusivamente, de vontade política, uma vez que como um todo, tem condições operacionais imediatas pelo fato de seu balanço integrado apresentar patrimônio líquido positivo e assegurar margens operacionais perante as fontes de crédito, mesmo à Agência de Curitiba que se utiliza do Patrimônio Líquido total do Banco para alavancar recursos.

3 - É inaceitável que, de dois bancos de desenvolvimento, dos mais atuantes do sistema financeiro nacional, o Paraná fique limitado a uma simples carteira de desenvolvimento. O BRDE, com as condições que apresenta hoje, pode voltar a ser o maior Banco de Desenvolvimento do País, posição que vinha ocupando até 1989. O BADEP, segundo estatísticas sobre as instituições financeiras de desenvolvimento, apresentava, em outubro/90 (ver anexo), a 1.^a colocação em liberações de recursos, a 1.^a em operações aprovadas e a 1.^a em demanda potencial. Além disso, era o maior aplicador de recursos do Programa Operações Conjuntas do BNDES - principal linha de recursos de longo prazo existente no País - e o 5.^o maior da FINAME, subsidiária do BNDES e que opera exclusivamente créditos com o setor de bens de capital, entre todos os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional.

4 - Os dois bancos de desenvolvimento - BRDE e BADEP - possuem quadros técnicos de fomento econômico e social, com experiências que, na média, superam 15 anos de atividade específica. A perda desse contingente técnico implica, automaticamente, na perda de todo o acervo técnico que essas duas instituições formaram ao longo dos seus 29 anos de existência. Tal medida compromete profundamente a capacidade de o Estado poder continuar mobilizando poupanças de longo prazo para a sua economia nos próximos anos.

5 - O BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A sempre desempenhou seu papel de Banco Comercial com grande competência, sendo conhecido hoje como um dos melhores em todo país. Fica, porém, a dúvida quanto à propriedade de se criar uma Carteira de Desenvolvimento num Banco Comercial. A atividade de fomento é onerosa e implica, pelo fato de exigir créditos de longo prazo, em riscos que nem os bancos comerciais estatais e nem o setor bancário privado estão dispostos a correr. Além disso, o corpo funcional do BANESTADO está formado e é permanentemente treinado para operar créditos de curto prazo, que é o seu negócio. A assunção das atividades de fomento demandaria anos de treinamento e prepara-

ção para que aquela instituição pudesse assegurar ao Estado um fluxo de recursos de longo prazo e atender as atividades de fomento ao nível de qualidade e competência com que o BADEP e o BRDE têm desempenhado.

Registre-se, ainda, que a absorção da atividade de fomento pelo BANESTADO pode ensejar aos seus acionistas pelo impacto que certamente causaria nos seus resultados, medidas cautelares em juízo.

6 - É evidente que, após considerados todos esses fatos, está sendo precipitada a maneira como se conduz a reforma administrativa, no que tange ao Sistema Financeiro do Estado do Paraná.

Não existe um plano que pondere os aspectos e resultados positivos ou negativos de cada uma das alternativas disponíveis - conforme foi assegurado pelo Senhor Vice-Presidente do BANESTADO José Pio Martins e confirmado pelo Diretor de Relações com o Mercado do BANESTADO, em anúncio publicado na Gazeta do Povo, no dia 15.01.91.

As decisões divulgadas pela imprensa estão comprometendo gradativamente as posições de ambas as instituições podendo implicar em repercussões extremamente danosas aos interesses do Paraná.

7 - É inaceitável que o Executivo Estadual se arrogue no direito de extinguir empresas estatais ou negocie com o Governo Federal sua extinção sem a devida autorização da Assembléia Legislativa do Paraná, conforme, aliás, determina a Constituição do Estado do Paraná.

Os anúncios de extinção do BADEP, estão sendo feitos à revelia do Legislativo. No caso específico do BRDE, a forma como está sendo conduzida a questão demonstra um flagrante desrespeito ao Poder Legislativo, uma vez que já se anuncia como certa a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE, mesmo antes de ter sido votada por esta Casa, a Mensagem do Poder Executivo que, a rigor, pela incontestável fragilidade de suas justificativas, deve, no mínimo, ser reformulada.

Os anúncios, além de induzirem a opinião pública, criam um clima de consumação das medidas como se nada mais restasse a esta Casa senão, acatá-las.

A consciência para esses fatos é condição básica para um perfeito julgamento e correta decisão.

8 - O BADEP, por força dos anúncios antes comentados e a propaganda que até na televisão tem sido veiculada, teve o seu fluxo de recursos paralisado, causando prejuízos incalculáveis ao Banco e à economia paranaense. No mercado financeiro, por consequência, o BADEP está sem condi-

ções de operar captações de curto prazo, caracterizando-se verdadeiro cerco à continuidade normal da Instituição. É uma situação que, sem dúvida, não pode perdurar.

9 - O BRDE, que já tem resolvida a sua situação econômico-financeira, vinha equacionando as pendências com o BNDES, para voltar a operar normalmente, tendo inclusive, já definida a disponibilidade de 37,0 milhões de BTN'S daquela instituição Federal para investir. Todo esse processo de retomada das atividades ficou prejudicado pelo envio da Mensagem do Executivo para ser autorizada a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE.

10 - O assessoramento que o Senhor Governador do Estado vem recebendo nos casos do BADEP e BRDE é equivocado e leva o Poder Executivo a tomar decisões que não condizem com a realidade do Sistema Financeiro do Estado, e com os interesses da economia e sociedade paranaenses.

Exemplos disso são a anunciada extinção do BADEP e o encaminhamento da Mensagem ao Legislativo, solicitando a autorização para se proceder à retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE.

É indispensável salientar que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, será responsabilizada pelos prejuízos causados ao Paraná caso tome decisões precipitadas, no que tange ao Sistema Financeiro do Estado.

11 - No decorrer dos trabalhos desta Comissão, surgiram indícios de que parte da reforma administrativa do Estado estaria sendo conduzida por empresa contratada, cujo embasamento seria o Relatório do Banco Mundial para o Sistema Financeiro, o que merece um estudo mais aprofundado para se verificarem os fatos com maior clareza.

12 - Os Estados do Sul não podem prescindir de sua autarquia, cujas prerrogativas revertem em benefício da sociedade sulista:

a - Ela é imune a tributos (IR-IOF...) cujos recursos, ao invés de serem recolhidos aos cofres da União, são reinvestidos nos próprios Estados;

b - Preferência no recebimento de créditos execução de garantias.

13 - A existência de Banco Regional justifica-se plenamente no contexto atual:

a - Os futuros Governadores da Região Sul são de partidos diferentes.

Ter um Banco Regional é importante para equilibrar possíveis impasses políticos na esfera federal, por parte de um dos Estados, evitando-se, assim, que recursos sejam estancados:

b - O momento histórico mundial, é de

união entre países vizinhos, de um mesmo continente, para ganhar força na defesa de seus direitos e interesses. Ninguém ignora a intenção expressa do Governo Federal de promover a integração do CONESUL; por isso, não é difícil vislumbrar a importância que terá o Banco Regional neste Processo;

c - A própria Constituição Federal criou o Banco Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

d - A Constituição Federal destina, ainda, aos BD'S Regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste 3% da arrecadação do IPI e IR.

14 - É sabido que há um compromisso formal entre os Governos Estaduais e o BACEN de eliminar a DUALIDADE dos BD'S nos Estados do Sul. É necessário comentar, porém, que:

a - O Executivo Paranaense está querendo acabar com os dois Bancos de Desenvolvimento do Estado;

b - O conceito de DUALIDADE é questionável, na medida em que se constata que em outras Regiões existem situações similares e nada se lhe exigiu;

c - Conforme dizeres da própria Direção do BACEN, cada Estado pode ter quantos BD'S quiser, desde que os sustente;

d - O prazo para eliminação dessa DUALIDADE, segundo o voto CMN 058/90, e DIFIS 90/012, encerra-se em 14.03.91.

No entanto, a própria Lei n° 2321/87 faculta a prorrogação automática de prazo por um ano, não sendo necessário qualquer precipitação.

15 - O BRDE é um banco totalmente transparente.

Suas linhas políticas de atuação são definidas pelo CODESUL, onde Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm representação igualitária, além de que o banco passa por uma série de controles que incluem Auditoria Interna, Auditoria Externa, Secretarias da Fazenda, Tribunais de Contas, Assembléias Legislativas e BACEN.

VI - CONCLUSÕES

A Comissão Especial Interpartidária, que este subscreve, ante os dados e fatos expostos e analisados neste RELATÓRIO, conclui que:

a) - É legítima a intenção do Poder Executivo de buscar a racionalização, adequando o Sistema Financeiro Estadual à realidade da economia paranaense;

b) É inquestionável o compromisso assumido pelo Governo do Estado quanto à eliminação da DUALIDADE dos Bancos de Desenvolvimento. No entanto, a data para solucionar tal pendência não expira, necessariamente, em 15.03.91, como se acredita,

tendo em vista que a Lei 2.321/87 faculta a prorrogação por mais um ano;

c) O Banco Central do Brasil mantém-se isento quanto à adequação do Sistema Financeiro do Estado à realidade atual;

d) Não existe nenhum estudo consistente que apresente uma análise das vantagens e desvantagens que podem advir como consequência da reforma do Sistema Financeiro do Estado, à maneira como está sendo conduzida;

e) Em nenhum momento ficou demonstrado que a criação de uma Carteira de Desenvolvimento em um Banco Comercial Estadual, possa, com vantagens, substituir ao mesmo tempo, dois Bancos de Desenvolvimento que operam já há quase 30 anos;

f) A existência de um organismo regional traz intranferíveis vantagens ao sistema de fomento;

g) É inoportuna qualquer definição quanto à Mensagem do Executivo, que solicita a autorização para a retirada do Paraná do BRDE, uma vez que:

- As justificativas apresentadas são a eliminação da DUALIDADE dos Bancos de Desenvolvimento e o reforço do patrimônio do BADEP.

Tendo em vista, porém, que o Executivo já anunciou, em 03.01.91, a extinção do BADEP, ficam invalidados os dois argumentos;

- Esta Assembléia, a pedido do Deputado Algaci Túlio, enviou ao Governador um pedido de informações, cuja resposta é fundamental para subsidiar esta decisão e não mereceu ainda devido atendimento.

h) Todo ato importante implementado neste momento terá reflexos ponderáveis sobre a atuação do novo Governo, sendo necessária muita reflexão antes de qualquer deliberação desta Assembléia.

i) O Executivo Paranaense fundamenta a reforma do Sistema Financeiro do Estado no Relatório do Banco Mundial, que sugere modelo para o Sistema Financeiro dos Estados.

Segundo o mencionado Relatório, há intenção expressa de se privatizar o setor financeiro, negando aos Bancos Comerciais Estaduais qualquer atribuição específica que justifique sua existência.

Em outras palavras, o Banco Mundial acredita que os Bancos Privados podem executar todas as tarefas que um Banco Comercial Estadual realiza.

VII - RECOMENDAÇÕES

Em vista das conclusões a que chegou, esta Comissão Interpartidária recomenda:

a) Seja sustada a votação da Mensagem 189/90 do Executivo que pede autorização para proceder a saída do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE, devendo a mesma ser reformulada;

b) Seja constituído um Grupo de Trabalho Partidário, integrado por representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, e da Assembleia Legislativa do Paraná. Este grupo deverá, no prazo de 90 dias, articuladamente com os Governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentar à apreciação desta Casa um modelo institucional de fomento econômico que atenda os interesses de cada Estado no contexto da Região Sul;

c) Equacione o Poder Executivo Estadual junto ao BADEP, as pendências relativas à CIC e CODEL, providência que, na sequência, só contribuirá positivamente para o fortalecimento do modelo que vier a ser aprovado, em final deliberação desta Casa;

d) Seja instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se apure as denúncias da participação de uma empresa de consultoria na elaboração do plano de Reforma Administrativa do Estado do Paraná, sem que se tenha obedecido aos trâmites legais para a sua contratação;

e) O Executivo Estadual desenvolva negociações junto ao BACEN, no sentido de equacionar a dívida do BADEP com aquela Instituição, reescalando-a pelo prazo de 3 a 15 anos;

f) O Executivo Estadual cesse, imediatamente, os anúncios e propagandas sobre a última etapa da reforma administrativa do Estado.

É O PARECER

Curitiba, 21.01.91

RUBENS BUENO

Deputado Estadual

Relator da Comissão

Especial Interpartidária

Para Estudo do Sistema Financeiro Estadual

O SR. RUBENS BUENO - Este Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o Parecer APROVADO hoje pela Comissão Especial Interpartidária que estudou o Sistema Financeiro Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu venho à tribuna, em primeiro lugar, para cumprimentar a Comissão que estudou, que analisou, que ouviu, que questionou e debateu a situação financeira do Estado do Paraná durante duas semanas, praticamente todos os dias, esta comissão se reuniu para ouvir e analisar as propostas, as justificativas para a saída do Paraná do BRDE e extinção do BADEP também.

Desejo, Senhor Presidente, que esta Casa está de parabéns porque esta Comissão levou, na verdade, muito a sério esse problema, procurando, evidentemente, tomar um conhecimento completo da situação em que se encontra o Paraná, especialmente no que diz respeito ao BRDE e ao BADEP.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Deputado Neivo Beraldin; o Relator desta Comissão, Deputado Rubens Bueno, incansável, merecedor sem dúvida alguma de todos os elogios pela maneira como procurou, evidentemente, apontar, dentro desse Relatório, a dificuldade que temos nós, Parlamentares, de poder tomar uma decisão se fôssemos votar hoje aqui, por exemplo, a Mensagem que se encontra nesta Casa. É preciso que esta Mensagem, como já diz o próprio Parecer, seja retirada pelo Governador do Estado para que se reformule esta Mensagem para que ela venha para uma outra discussão.

O Relatório é dos mais importantes e merece ser analisado por todos os Parlamentares, para que, no dia em que tiverem que participar da votação, saibam votar conscientemente dentro daquilo que este Relatório apresenta.

Venho também a esta tribuna, Senhor Presidente, para fazer uma cobrança à Comissão Executiva desta Casa, porque no dia 21 de novembro do ano passado, após aquelas discussões nas sessões especiais que tivemos aqui neste Poder, exatamente, para analisar a questão do BRDE e do BADEP, nós fazíamos um pedido de informações, principalmente versando sobre a dualidade, assunto bastante comentado e uma das principais justificativas do Governo do Estado para sair do BRDE e para acabar com o BADEP, criando uma carteira de Fomento dentro do próprio Banco do Estado do Paraná. E este meu pedido de informações, datado

do dia 21, lamentavelmente, não teve a devida resposta e já se passam mais de trinta dias. Poderíamos invocar aqui o Regimento da Casa, a própria Constituição Estadual, mas não o fazemos porque estamos ainda acreditando que estas respostas poderão chegar às nossas mãos o mais depressa possível. Fizemos o pedido ao próprio Secretário da Fazenda do Estado e ele dizia, em plena comissão, que não tinha conhecimento da chegada deste meu pedido de informações.

O que nós achamos interessante é que este pedido de informações, aprovado pelo Plenário, foi encaminhado porque a 1ª Secretaria da Assembléia me dá este retorno com data de 26 de novembro de 1990, dando a informação de que este meu pedido de informações foi encaminhado, só que, lamentavelmente, não há a contrapartida, não há informações de que este documento tenha chegado ao Palácio do Governo. Quero crer que uma vez assinado pelo 1º Secretário desta Casa, esta minha solicitação deve ter saído aqui da Assembléia Legislativa.

Um outro pedido também meu, uma correspondência que nós encaminhamos ao Presidente do Banco Central do Brasil, Ibrahim Êris, solicitando maiores justificativas e esclarecimentos sobre os itens 3, 8, D e 4 do voto BACEN 160/90 que trata do conceito de dualidade dos bancos de desenvolvimento nos três Estados da Região Sul. A importância do pedido reside no fato de que esta definição é fundamental para um posicionamento desta Casa em relação ao anteprojeto, enviado pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, à Assembléia Legislativa, propondo a retirada do nosso Estado do convênio BRDE/CODESUL. Então são dois documentos importantes que inclusive precisarão ter um retorno, porque vai inclusive fazer com que nós façamos chegar aos demais Parlamentares o que é o conceito da dualidade. Se dualidade é apenas não ter dois bancos quase que no mesmo estilo ou se é acabar com os dois bancos ou se é ter um não ter o outro ou coisa parecida. Sobre a situação atual do BRDE também, através de uma informação do Governo do Estado, o fortalecimento do BADEP que é a razão da mensagem que está na Casa que pede para a Assembléia votar a saída do Paraná do BRDE para fortalecer o BADEP, no entanto todos nós sabemos que o Governo quer também extinguir com o BADEP.

Então está difícil a gente entender esta situação, por isso Sr. Presidente eu venho aqui neste momento, mais uma vez cumprimentar esta Casa, esta comissão e principalmente o Deputado Rubens Bueno que teve uma atuação realmente exemplar ao lado do sub-relator Deputado Basílio Zanusso, do Deputado Luciano Pizzatto, Deputado

Neivo Beraldin e nós que participamos, por termos debatido, analisado, fomos até Brasília, lá no Banco Central, ouvimos a posição oficial do Banco Central e eu confesso que fiquei mais confuso ainda do que já estava, diante do que ocorre por aqui.

Por isso é necessário muita cautela dos Srs. Parlamentares, não está aqui nenhuma paixão política, nenhum interesse político partidário, estamos totalmente isentos de qualquer intenção política partidária. Na verdade a situação do Paraná que nos deixa preocupados se houver a extinção do BADEP e se houver a saída do BRDE. Enquanto nós aqui queremos acabar com os Bancos de Fomentos, com o Bancos de Desenvolvimento, no Nordeste e em outras regiões há um incentivo para que isto aconteça, para que seja reforçado cada vez mais, e especialmente, quando o Governo do Estado agora não é mais situação. O Governo do Estado é oposição ao Governo, então mais do que nunca é necessário fortalecer

essa união dos Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul na tentativa de fortalecer cada vez mais o BRDE e consequentemente manter também o BADEP.

Então é esta a nossa posição, Sr. Presidente, eu venho aqui em nome da Bancada do PDT trazer este voto de solidariedade a esta Comissão, da qual nós participamos, os cumprimentos a ela e a certeza de que este Plenário saberá com inteligência, sem também qualquer paixão política votar por aquilo que for o melhor para o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Basílio Zanusso com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de me referir rapidamente sobre a Comissão que levou o Deputado Rubens Bueno seu Relator e Vice-Presidente Algaci Túlio à tribuna, eu quero deixar registrado nos Anais da Casa, que algumas notícias que veicularam em alguns jornais de maior tiragem do Estado, que referem-se à possível saída deste Deputado do PFL para o PMDB ou para outro partido qualquer, não têm nenhum fundamento. Se eu tivesse que sair do PFL eu teria feito em outras ocasiões, quando o PMDB era o partido mais forte do Brasil e do Paraná. Agora o meu partido que tem um número significativo de representantes no Congresso, também um número grande de governadores no Brasil e temos aqui uma bancada não muito numerosa mais de ilustres Deputados que honram o PFL, não vejo nenhum motivo e não tenho nenhum motivo para sair do partido a que pertencço.

Portanto, apenas queria deixar isso registrado, porque é totalmente infundada

a notícia.

Quanto à Comissão designada por esta Casa para estudar o programa financeiro do Paraná, especialmente e tendo em vista mensagem do Governador propondo a saída do Paraná do BRDE e depois notícias também o Palácio do Governo, da extinção da liquidação do BADEP, quero também juntar-me aos pronunciamentos do Deputado Algaci Túlio e também do Deputado Relator, para dizer que esta Comissão cumpriu a sua finalidade. Pode ser até que o Relatório e as conclusões indicadas, apontadas pelo Relatório, fruto do trabalho dedicado, competente do Deputado Rubens Bueno que, inclusive desde a formalização dessa Comissão, ele não tem viajado sequer, tem trabalhado sábados e domingos, mesmo que as conclusões que ele indica não sejam as acatadas pelo Plenário soberano desta Casa, há que se registrar esse trabalho, repito, que engrandece o Poder Legislativo agora no apagar das luzes desta nossa Legislatura. Temos certeza que em companhia de Pizzatto, do Tonelli e de outros Parlamentares, nossos colegas aqui, o Deputado Rubens Bueno será um grande representante do Paraná, cuidará com competência dos interesses do Paraná em Brasília.

Há uma preocupação de todos nós, o que é que convém mais, se a extinção do BADEP ou do BRDE, se vamos, se teremos a substituir esses bancos de fomento para o nosso desenvolvimento, uma carteira no Banestado. Algumas autoridades da área econômica têm se preocupado, inclusive nós conhecemos, porque vários jornais publicaram o artigo do ilustre Dr. Celso Sabóia, de larga vivência nesta área no Estado e fora do Estado, que manifesta-se ele pela manutenção do BADEP. Já nas considerações do Relator Rubens Bueno, nas entrelinhas, permitam-me dizer e foi do meu entendimento, que também ele indica como uma das alternativas a permanência do Paraná com o BRDE. E há também os que propugnam para que no Banestado não haja uma nova carteira de fomento, mas que haja uma incorporação do BADEP ao Banestado. Então, são interrogações e que nós sabemos perfeitamente que não só nós, membros da Comissão, estamos preocupados com uma solução a mais conveniente para o Paraná e se não mais responsável, mas com a mesma responsabilidade tem o Governo do Estado que está também aí por um período muito pequeno, com a eleição que se passou, tivemos a eleição de Roberto Requião para suceder Álvaro Dias e, sem dúvida alguma, também Roberto Requião e a sua equipe que preparam o novo Governo deve estar, sem dúvida alguma, estudando o que é mais conveniente para o Paraná.

Portanto, eu, como todos os demais membros desta Casa, aguardam um pronuncia-

mento do Governo, através, provavelmente, da palavra do Líder Caíto Quintana nesta Casa, indicando o posicionamento cabal e último do Governo do Estado. Este período que estamos é extraordinário, já trabalhamos até o dia 28 de dezembro, agora o período extraordinário que seria de 7 a 22 foi prorrogado para 25 de janeiro e praticamente esta Casa não terá, não teve e não terá recesso, e esta matéria terá que vir a Plenário. Portanto nós todos nos apressamos, e muito especialmente o Relator da matéria, sempre ao seu lado o Deputado Algaci Túlio e os demais componentes, para que este Relatório fosse apresentado e encaminhado à Presidência da Casa para os devidos fins.

Desejo que o Paraná encontre - a Assembléia e o Poder Executivo - uma solução mais conveniente para o Paraná, porque o que nós não podemos é ficar como estamos: centenas de contratos feitos com o BADEP, com o dinheiro, com as liberações dos recursos do BNDES estancadas, não se pode cumprir os contratos que estão em curso e, sem recursos novos, o Paraná parou.

Portanto, desejo e espero, como todos nós, que haja uma solução a mais rápida e a mais inteligente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 002/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - do projeto de resolução nº 002/91, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que aplica o disposto na Lei Federal nº 8812, de 11.12.90, aos servidores do Poder Legislativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, é o item 2 da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o item 3.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu retiro. Eu quero discutir o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovado o Projeto.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 005/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do projeto de lei n° 005/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do memorial descritivo contido no artigo 1° da lei n° 9444, de 20.11.90, que cria o município de Jardim Paulista. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 005/91

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei em questão tem por finalidade alterar a redação do Memorial Descritivo contido no artigo 1°, da Lei n° 9444, de 20 de novembro de 1990.

Conforme justificativa que acompanha a proposta, verificamos a necessidade da mesma através da presente medida, tem-se por objetivo retificar as divisas erroneamente descritas.

Neste sentido, esta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente, dadas as razões supracitadas, e por inexistirem impedimentos nos planos legal, regimental e constitucional.

É o parecer. Pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 005/91.

Sala das Sessões, em 17.01.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 002/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - do projeto de lei n° 002/91, de autoria do Deputado Acir Mezzadri e outros, que corrige tabelas do Regimento de Custas, previstas nas leis n°s 6149, de 09.09.70 e 8678, de 22.12.87 e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu levantei uma questão na 2.^a discussão deste Projeto, já que na 1.^a eu não estava presente na sessão, e eu queria

reiterar, reincidindo a minha preocupação quanto ao poder de iniciativa de tal matéria.

A matéria proposta pelo Deputado Acir Mezzadri e outros que corrige as tabelas de custas, previstas em algumas leis e que dá outras providências, além de nós termos ouvido um parecer contrário da sociedade que paga as tais custas, que está achando um tanto excessivas, tanto as custas judiciais quanto as custas extrajudiciais, eu queria reiterar a minha preocupação porque esta matéria é plenamente inconstitucional.

A nossa Constituição do Estado do Paraná, no seu art. 101, diz o seguinte:

"Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através dos seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

c) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de magistrados, dos juizes de paz, dos servidores auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acho que a nossa Constituição é clara: esta matéria não pode ser de iniciativa de um Parlamentar, ela tem de ser encaminhada à Assembléia Legislativa através do Poder Judiciário, e isso não foi cumprido.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu faço um apelo para que nós passemos já a julgar a tal iniciativa do ponto de vista do cumprimento ou não da nossa Constituição. Se nós julgarmos que o mérito é um mérito justo, nós estaremos incorrendo em desrespeito à Constituição que nós juramos cumprir. Não resta outro caminho a não ser o de votar contra esse projeto porque o projeto não cumpre os dispositivos da nossa Constituição do Estado, no que estabelece o seu artigo 101.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.
Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Vinte e um Senhores Deputados o aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados o rejeitam.

Está aprovado o Projeto.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei Complementar n° 323/89.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do projeto de lei complementar n° 323/89, de autoria do Deputado David Cheriegate, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Senhor Presidente pela Ordem) - Vossa Excelência colocou em votação o requerimento ou o Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. A Constituição de 1988 determina que os Estados são competentes para criação de municípios, incorporação, extinção etc. E a Constituição Estadual do Paraná de 1989, dispõe também que dentro desta competência de criação de municípios, diz que Lei Complementar regulamentaria ou regulamentará o dispositivo constitucional e durante as eleições, esta Casa, todos nós sabemos, com a dificuldade que tem de quórum, houve um entendimento, quer parecer-me, entre alguns líderes de bancadas, que as apreciações dos Projetos de Lei de criação de municípios, que para tal não fosse criada comissão especial para, sobre os projetos, emitir parecer.

A lei complementar não foi votada. O Paraná não dispõe, até o momento, de lei complementar que define as regras, pré-requisitos, condições e exigências para criação de novos municípios. O que nós tínhamos era uma Lei Complementar 1/67 e que no entendimento de alguns constitucionistas, essa Lei Complementar havia sido revogada em função das duas Constituições.

Outros não. Alguns estudiosos do Direito Constitucional entendem que ainda persiste a vigência daquela lei única que orienta tal matéria.

Dezenas de municípios então foram criados durante o exercício de 1990. Em função, repito, da campanha eleitoral, muitos Deputados não tiveram sequer tempo para estudar e conhecer a realidade de cada distrito, cujos projetos nesta Casa pretendiam a transformação daqueles distritos em municípios.

O Deputado David Cheriegate, parece-me que usando de sua prerrogativa, apresentou

um projeto de lei complementar dispondo sobre a matéria. Um projeto de lei complementar tratando da criação, organização dos municípios conforme andamento constitucional.

E na semana passada, estando o projeto de lei do Deputado David Cheriegate na Ordem do Dia, n° 323/89, requeri e esta Casa aprovou a retirada da matéria por dez sessões. Logo após parece que decorridas duas ou três sessões o projeto, por solicitação de outros Deputados, voltou. E aqui estamos discutindo em última oportunidade, já que esta é a terceira discussão.

Pois bem. O projeto de lei estabelece algumas condições para a criação de municípios. Fala da população, continuidade territorial, divisas... Mas é do meu entendimento, Senhor Presidente, e a razão de ser pedida a retirada da matéria da Ordem do Dia naquela oportunidade, foi para que, considerando agora, que falta pouco para o término desta legislatura, que fosse constituída uma comissão especial para elaborar projetos de lei desta natureza. Solicitei uma relação de municípios novos votados desde 89 e, lamentavelmente, não foi possível ter esta relação dos municípios votados, instalados, aqueles que tiveram plebiscito, que não tiveram, os que ainda tramitam nesta Casa, para que esta Comissão que, se fosse criada, possibilitasse o conhecimento da realidade cada distrito que pretende ser município; especialmente a sua população e suas condições econômicas. Segundo informações oficiais, estamos votando, estão para ser instalados mais de 60 municípios, 70 municípios.

O mapa do Paraná vai ser outro. E sem qualquer demérito à iniciativa do ilustre Deputado David Cheriegate, ao contrário, elogiável, porque é oportuna e necessária à votação por parte desta Casa de Leis que regulamenta o preceito constitucional e uma realidade atual, tendo em vista que esta Casa pelo visto votou mais de 60, 70 municípios, o que nos interessa é a sua realidade. A realidade de cada município. Não tenho nada contra a criação dos municípios, que estão aí por se instalar. Mas são mais de cinquenta... Por que agora? E agora também sobre o Projeto há uma Emenda Substitutiva que torna ainda as coisas mais fáceis, as exigências são menores, diminui o número da população, diminui o número de eleitores, diminui tudo. E até não conheço 5 por cento dos municípios que estão aí votados ou por serem votados, mas é preciso que haja reflexão.

Portanto, estou vindo aqui sem entrar muito em detalhes porque a criação de inúmeros municípios é assunto de matérias constantes e permanentes nos jornais do Estado e eu, particularmente, acho que a Assembléia, antes de votar não só o Proje-

to de Lei, o Substitutivo, apresentado pelo Deputado Anibal Khury, que se retirasse da Ordem do Dia para que a futura Legislação, já que não há possibilidade agora por uma questão de tempo, examinasse, constituísse uma Comissão Especial. De outra forma, manifesto meu voto contrário ao projeto e à Emenda Substitutiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral.

O SR. SABINO CAMPOS (Pela Ordem) - Gostaria da confirmação de Vossa Excelência. No art. 2º, inciso II, onde se lê: 10%, não é 20%?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O autor, que sou eu, já retificou para 20%.

O SR. SABINO CAMPOS - Ok. Com isso ficaria um mínimo de mil eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, queiram conservar-se como estão...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Solicito que Vossa Excelência verifique a existência de "quorum", quanto à exigência regimental e Constitucional já que se trata de Lei Complementar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 29 (vinte e nove) Senhores Deputados responderam à chamada.

Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral conservem-se como estão.

APROVADO, contra o voto do Deputado Basílio Zanusso.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 04/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do projeto de resolução nº 004/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que torna obrigatório aos Deputados e funcionários o uso de traje de passeio completo durante as sessões plenárias. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/91

PARECER:

A medida em tela ora apresentada sob a forma de Projeto de Resolução, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, tem por objetivo obrigar aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje passeio completo.

Esta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela presente medida, por entender que a mesma não encontra qualquer impedimento de natureza constitucional e legal.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução nº 004/91.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.01.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do projeto de lei nº 495/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 145/90), que autoriza aquele poder a alterar os fins sociais da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, que passa a se denominar Companhia de Desenvolvimento Agropecuário - CODAPAR, e terá por objetivo a execução de atividades de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 117 de 09.10.90).

2ª DISCUSSÃO - do projeto de resolução nº 003/91, de autoria do Deputado Artagnão Mattos Leão, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Palmital, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Laranjal. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/91

PARECER:

O plano de lei em questão, de autoria do nobre Deputado Artagnão Mattos Leão visa autorizar a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Palmital, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Laranjal.

Ao ser chamada, esta Comissão Geral para se pronunciar, vem a fazê-lo favoravelmente, por entender que a presente proposta encontra-se adequada aos ditames constitucionais e demais normas legais vigentes.

Neste sentido, e pelas razões acima expostas é o nosso parecer favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.01.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do projeto de lei n° 374/90, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de utilidade pública a Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Paraná. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77 de 26.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - do projeto de lei n° 004/91, de autoria dos Deputados Renato Adur e Namir Piacentini, que cria o município de Mato Rico e dá outras providências. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 004/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o município de Mato Rico, "ad-referendum" do resultado de consulta plebiscitária, em data a ser fixada pelo Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Começa no marco de concreto PP-O, sito à margem direita do Rio Cantu com a foz do Córrego do Peixe, seguindo por este até a sua nascente. Da nascente do Córrego do Peixe por linha seca, medindo 638,0 metros e rumo de SO 53°00'NE até a nascente do Rio Juquiri, onde está cravado o marco n° 1. Do marco n° 1, por linha seca, com os seguintes rumos e medidas:

MARCO	DISTÂNCIA (M)	RUMO
.	1011,0	SO 58°26'NE
2	192,0	NO 45°49'SE (estr.p/Mato Rico)
3	584,0	SO 54°46'NE
4	1465,0	SO 34°36'NE
5	287,0	NO 62°19'SE
6	110,3	SO 79°46'NE
Interm.	85,0	NO 88°44'SE
	60,0	NO 73°04'SE
	67,9	NO 88°18'SE
	77,6	NO 74°21'SE
	65,3	SO 88°24'NE
	221,8	NO 79°31'SE
7	1279,0	SO 42°05'NE
8	2535,0	SE 17°04'NO,

chegando ao marco n° 09. Do marco n° 09 acompanhando um arroio, afluente do Arroio Água Bonita, com vários rumos e medidas, seguindo pelo mesmo até chegar a uma es-

trada, prosseguindo pela estrada até o seu encontro com o Córrego Quarenta e Três, e desse até o seu encontro com o Rio Palmital, divisando com o município de Roncador até seu encontro com a estrada Pitanga-Campo Mourão, seguindo pela mesma até seu encontro com o Rio Macacos, divisando sempre com o município de Roncador, e pelo Rio Macacos, segue até sua foz no Rio Cantu; pelo Rio Cantu, divisando com o Município de Palmital até a foz do Córrego do Peixe, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.01.91.

(a) RENATO ADUR

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A pretensão emancipacionista da comunidade de Mato Rico, a confirmar-se o resultado da consulta plebiscitária, é amplamente legítima. A par de dispor de uma economia capaz de suprir os seus anseios de desenvolvimento, possui contingente populacional e eleitoral apto a atender os requisitos legais emancipatórios.

A conquista da sua elevação a Município, por todos os predicados, é natural e incontestável.

1.^a DISCUSSÃO - do projeto de lei n° 006/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que revoga o artigo 13 da Lei n° 9497, de 21 de dezembro de 1990 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado). Foi encaminhado como sugestão ao Poder Judiciário do Estado.

PROJETO DE LEI N° 006/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica revogado o artigo 13, da Lei n° 9497, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.01.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 9497, de 21 de dezembro de 1990, cria a comarca de Campina Grande do Sul, altera os dispositivos que especifica da Lei n° 7297, de 08/01/80 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e adota outras providências, entre essas a do artigo 13, que é o seguinte:

"Art. 13 - Fica transferido de comarca, além dos constantes no art. 3° desta lei o distrito judiciário de Barra do Jacaré (município do mesmo nome) da comarca de Jacarezinho para a comarca de Andirá".

A propositura de nossa medida vem consubstanciada no fato de que tradicional-

mente desde a criação do município de Barra do Jacaré, este pertencia a comarca de Jacarezinho. Situação esta em que a população do mencionado Município já estava acostumada e que veio a ser modificada pela Lei n° 9497/90.

Através de nosso Projeto de Lei procuramos devolver a antiga situação e por este meio novamente consagrar a vontade popular da Comunidade do município de Barra do Jacaré em continuar pertencendo a comarca de Jacarezinho.

A Mesa recebeu do Presidente da Comissão Especial que estuda o sistema financeiro do Estado, Relatório elaborado por aquela Comissão e aprovado por unanimidade, bem como, o Projeto de Resolução que aprova, que será submetido ao Plenário da Casa, que aprova o Relatório Final, a Mesa coloca em votação na sessão de amanhã. Em discussão. Em votação o Projeto de Resolução, que recebe o relatório e vai mandar publicá-los.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 3048, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3057, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio Pedro Tonelli e Basílio Zanusso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3049, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3046, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 323/89,
do Projeto de Lei n° 005/91;
e dos Projetos de Resolução n°s 003/91 e 004/91.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 374/90 e 004/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 006/91.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N° 340/90

aposentar nos termos dos artigos 138, inciso II; 140, inciso III, 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n° 175, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, SC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto n° 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados, conforme o que dispõe o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02-64; cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais, incorporados; cem por (100%) sobre os respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 4°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

(Prot. n° 1314, de 06.03.89).

DECRETO LEGISLATIVO N° 341/90

aposentar, nos termos dos artigos n°s 132, 138, item II; 140, itens I e III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos; e, 172, inciso IV, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula n° 484, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia DAS-4, incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3° da Lei n° 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 2-64; cinco (05) quinquênios e quatro (04) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art. 1°, da Lei n° 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n° 8069, de 28 de dezembro de 1984.

(Prot. n° 6207, de 03.07.89).

DECRETO LEGISLATIVO N° 342/90

aposentar, nos termos dos Arts. 138, item II; 140, itens I e III, 170 e Parágrafo Único; 171 e parágrafos; 172, inciso IV, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ANTONIO GULBINO, matrícula n° 164, ocupan-

te do Cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de 20% (vinte por cento) de gratificação inerente à Simbologia DAS-4, incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3º, da Lei nº 8198, de 17 de dezembro de 1985, cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64; cinco quinquênios e 04 (quatro) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art. 1º, da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei nº 8069, de 28 de dezembro de 1984.

Palácio "DEZEMBRO DE DEZEMBRO", em 11 de dezembro de 1990.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

WERNER WANDERER

1º SECRETÁRIO em exercício

PIRAJÁ FERREIRA

2º SECRETÁRIO em exercício

DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/91

exonerar, a pedido, ANTONIO CLARET DE REZENDE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria do Conselho Superior da Administração, a partir de 17 de janeiro de 1991.

(Protoc. nº 485, de 18.01.91)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/91

colocar, à disposição do Tribunal Regional do Trabalho, da 9ª Região, o funcionário ANTONIO CLARET DE REZENDE, matrícula nº 141, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem ônus para este Poder Legislativo.

(Protoc. nº 00376, de 11.01.91)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 025/91

aposentar nos termos dos artigos 138, inciso II; 140, inciso III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970; e art. 172, inciso III, da citada Lei nº 6174, com nova redação dada pela Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976, DORIVAL DELAGASSA, matrícula nº 577, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia D.A.S.-4, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto nº 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02-64; cinco

(05) quinquênios e dois (02) adicionais, incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984; gratificação de um terço (1/3) do vencimento básico, a título de risco de vida e saúde, de acordo com o Art. 5º, da Lei nº 4697, de 28 de fevereiro de 1963.

(Protoc. nº 8299, de 16.10.90)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/91

aposentar nos termos dos artigos 138 e parágrafo I; 140; inciso III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970; e art. 172, inciso III, da já mencionada Lei nº 6174, com nova redação dada pela Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976, Zenaide Silva Filpo, matrícula nº 410, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia D.A.S.-5, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto nº 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02-64; cinco (05) quinquênios e três (03) adicionais, incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 6º, da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. nº 9799, de 05.12.90)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 027/91

aposentar, nos termos dos artigos 138, inciso II; 140 incisos I e III; 170 e parágrafo Único; 171 e parágrafos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário José Olímpio Sotto Maior Macedo, matrícula nº 419, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) da Simbologia DAS-4, incorporada; verba de representação incorporada conforme disposto no Decreto nº 4.640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o artigo 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64; cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o artigo 6º, da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de

1984.

(Protoc. n° 07/91, de 02.01.91)
Palácio "XIX de Dezembro", em 18.01.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

(a) WERNER WANDERER

2° Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

PORTARIA N° 002/91

I - revoga a Portaria n° 210/89, na parte que se refere ao funcionário MUSSA JOSÉ ASSIS, matrícula n° 599, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II - conceder, ao servidor supra citado, trinta (30) dias de férias, referentes a 1990, a partir de 04 de fevereiro do corrente ano.

(Protoc. n° 0336, de 10.01.91)

PORTARIA N° 003/91

antecipar, para a partir de 1° de março do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n° 140/90, a funcionária MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, matrícula n° 0011, ocupante do cargo de Taquígrafa "A"-TQ-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, referente as férias de 1991.

(Protoc. n° 0368, de 10.01.91)

PORTARIA N° 004/91

transferir, para a partir de 1° de julho do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n° 140/90, ao funcionário EDGAR SANTOS BUQUERA, matrícula n° 485, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n° 0158, de 08.01.91)

PORTARIA N° 005/ 91

conceder, a LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula n° 1272, ocupante do cargo de Coordenador da Coordenadoria da Gráfica, D.A.S.-4, da Diretoria de Serviços Especiais, trinta (30) dias de férias, referentes a 1990, a partir de 26 de dezembro de 1990.

(Protoc. n° 0015, de 03.01.91)

PORTARIA N° 006/91

conceder, a LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n° 422, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta As-

sembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 1° de março de 1991.

(Protoc. n° 0205, de 09.01.91)

PORTARIA N° 007/91

conceder, a DARCI KLIEMANN, matrícula n° 493, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1990, a partir de 04 de fevereiro de 1991.

(Protoc. n° 0203, de 09.01.91)

PORTARIA N° 008/91

antecipar, para a partir de 1° de fevereiro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n° 140/90, a funcionária CELI EUCLEA GALLANO, matrícula n° 415, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Prot. n° 00229, de 09.01.91.)

PORTARIA N° 009/91

conceder, a ALMIR SANTOS, matrícula n° 1439, ocupante do cargo de DAS-4, da Diretoria Financeira, deste Poder Legislativo, trinta (30) dias de férias, referentes a 1991, a partir de 1° de janeiro do corrente ano.

(Prot. n° 009, de 02.01.91.)

PORTARIA N° 010/91

antecipar, as férias concedidas pela Portaria n° 140/90, ao funcionário PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABRAS, matrícula n° 403, ocupante do cargo de Procurador, NU-1 do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para a partir de 02 de janeiro do corrente ano.

(Prot. n° 008, de 02.01.91).

PORTARIA N° 011/91

transferir, para a partir de 1° de junho do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n° 140/90, ao funcionário SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula n° 434, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Prot. n° 0014, de 03.01.91).

PORTARIA N° 012/91

conceder, a RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula n° 602, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1990, a partir de 10 de dezembro de 1990.

(Prot. n° 10.385, 21.12.90).

PORTARIA N° 013/91

conceder, a JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, matrícula n° 102, ocupante do cargo de Au-

xiliar Administrativo "A"- NT-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes a 1990, a partir de 01 de janeiro do corrente ano.

(Prot. n° 9208, de 19.11.90).

PORTARIA N° 014/91

conceder, a ANTONIO BERALDO, matrícula n° 071, ocupante do cargo de Segurança, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 04 de janeiro do corrente ano.

(Prot. n° 10.142, de 14.12.90).

PORTARIA N° 015/91

conceder, a funcionária MARIA ELISA REBELO BORGES, matrícula n° 606, ocupante do cargo de Taquígrafo Revisor "A"- TQ-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 13 de novembro de 1990.

(Prot. n° 9637, de 30.11.90).

PORTARIA N° 016/91

mandar contar, em favor de ELOY MEZZADRI, matrícula n° 365, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"- NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 2 (dois) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, deixadas de gozar, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias da nova Constituição Estadual, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975.

(Prot. n° 8642, de 26.10.90).

PORTARIA N° 017/91

mandar contar, para efeito de aposentadoria nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de DORIVAL DELAGASSA, matrícula n° 577, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"- NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) anos e vinte e nove (29) dias, período compreendido entre 02 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1961, em que prestou serviços em atividades regida pela Lei Federal n° 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Prot. n° 8299, de 16.10.90).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 17 de janeiro de 1991.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

CONSELHO DELIBERATIVO

PARECER:

Os abaixo assinados membros do Conse-

lho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado, o Relatório e Balanço Geral de Encerramento de 1991, encaminhado pelo Presidente do Fundo, Deputado Werner Wanderer, houveram por bem APROVAR o Balanço Geral de encerramento de 1991, e conseqüentemente a Prestação de Contas, recomendando dar conhecimento do mesmo aos associados do FEPPA, em Assembléia Geral.

Curitiba, 11 de janeiro de 1991.

(a) LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA

(a) JOSÉ TADEU LUCIO MACHADO

(a) EZEQUIAS LOSSO

(a) JOÃO MANSUR

Excelentíssimos Senhores Participantes da Assembléia Geral:

RELATÓRIO

I - Em cumprimento ao artigo 15, letra "a" da Lei 6639/74, e em obediência a convocação publicada no Diário da Assembléia do dia 28 de dezembro de 1990, temos a honra em nos dirigir a presença de Vossas Senhorias, para a prestação de contas do segundo ano de nossa gestão na direção do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, do relatório, e dar conhecimento do Parecer emitido pelo Egrégio Conselho Deliberativo.

II - É aproveitada esta Assembléia também convocada para tal fim, para dar conhecimento aos Senhores Associados, do Relatório da derradeira Prestação de Contas das atividades do FEPPA no período de 01 a 11 de Janeiro, data desta reunião, e do Parecer do Conselho Deliberativo sobre o Balanço Geral e Encerramento nesse período.

III - Devo informar aos nobres associados que o Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração da Conta Resultado, e do Relatório Contábil, tanto do ano de 1990 como o de 1991, os Pareceres das Prestações de Contas de 1990 e 1991, e demais documentos que ora lhes é oferecido para exame e debate, foram devidamente publicados no Diário Oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

IV - Reportando-me ao ano de 1990, cumpre-me o dever expor-lhes o seguinte relato:

1 - BALANÇO PATRIMONIAL / 1990

ATIVO

CIRCULANTE.....	36.388.997,61
REALIZÁVEL C. PRAZO.....	188.380.039,35
IMOBILIZADO.....	5.230,00
T O T A L.....	224.774.266,96

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	224.774.266,96
T O T A L.....	224.774.266,96

As contas evidenciadas neste balanço exprimem a composição qualitativa do Patrimônio do Fundo ao encerrar-se o exercício de 1990, assim interpretadas.

CIRCULANTE - Representa os saldos das contas correntes em Bancos e as importâncias em poupança a curto prazo.

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO - Representa os valores em cruzados novos no Banco Central provenientes de saldos em contas correntes e poupança.

IMOBILIZADO - Representa os valores aplicados em móveis e utensílios.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Representa o resultado operacional durante a existência do órgão, ou seja, os resultados acumulados dos exercícios anteriores e o resultado do último exercício.

2 - BALANÇO FINANCEIRO

Este balanço tem por finalidade demonstrar o movimento patrimonial do exercício. É representado pelos saldos disponíveis pelos recursos recebidos e pelas despesas realizadas. Está assim sintetizado:

SALDO ANTERIOR.....	23.164.938,43
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+)	
Receitas Correntes.....	293.603.350,29
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (-)	
Despesa Realizada.....	91.994.021,76
SALDO PARA 1991.....	293.603.350,29

3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Este demonstrativo indica os detalhes das operações realizadas durante o período, onde pode-se constatar a evolução do Patrimônio Líquido são os resultados obtidos pelo confronto entre as contas de Receita e Despesa. E, elas assim se representam:

1. RECEITA	
Renda de Títulos.....	216.712.715,47
Renda de Contribuições...	76.888.968,18
Outras Receitas.....	1.666,64
	293.603.350,29
2. DESPESA	
Aposentados.....	80.436.132,04
Ajuda de Custo.....	822.351,64
Materiais de Consumo.....	35.916,20
Seguros.....	62.274,80
Despesas Bancárias.....	328.425,75
I.O.F.	9.906.317,33
I. Renda S/Aplicações....	389.013,13
I. Estadual S/Aplicações.	13.590,97
	91.994.021,76
3. RESULTADO	
Superavit do Exercício...	201.609.328,53
4. CONCLUSÕES	
Comparando as receitas, verificamos	

que as do exercício de 1990 foram superiores às do exercício de 1989 em 1.189% e que as despesas foram acrescidas de apenas 425% em relação ao exercício de 1989.

As despesas deste exercício representaram 31% das receitas enquanto que as do exercício anterior representaram 12,2%.

Há de se ressaltar que no exercício de 1990 foram consideradas as rendas de juros e correção monetária dos valores à ordem do BACEN referentes ao mês de dezembro, cujo crédito em conta corrente compõe o Superavit do exercício.

V - com relação ao ano de 1991, de 01 a 11 de janeiro, que é a data de encerramento das atividades do FEPPA, cumpre-me o dever e expor-lhes o seguinte:

1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

REALIZÁVEL C/ PRAZO.....	318.062.105,69
IMOBILIZADO.....	5.230,00
	318.067.335,69

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	318.067.335,69
	318.067.335,69

As contas evidenciadas neste balanço exprimem a composição qualitativa do Patrimônio do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar ao encerrar suas atividades assim interpretadas:

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO - Representa os valores em cruzados novos retidos no Banco Central provenientes de saldos em contas correntes e da transferência dos valores disponíveis para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, inclusive Cadernetas de Poupança.

IMOBILIZADO - Representa os valores aplicados em uma máquina de contabilidade marca RUF.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Representa o resultado operacional durante a existência do órgão, ou seja, os resultados acumulados dos exercícios anteriores e o resultado deste período.

2. BALANÇO FINANCEIRO

Este balanço tem por finalidade demonstrar o movimento patrimonial do exercício. É representado pelos saldos disponíveis, pelos recursos recebidos e pelas despesas realizadas, está assim sintetizado:

SALDO ANTERIOR.....	224.774.266,96
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+)	
Receitas Correntes.....	93.639.178,55
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (-)	
Despesa Realizada.....	346.109,82
SALDO PARA 1991.....	318.067.335,69

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Este demonstrativo indica os detalhes das operações realizadas durante o período, onde pode-se constatar a evolução do Patrimônio Líquido. São os resultados obtidos pelo confronto entre as contas de Receita e Despesas. E, elas assim se apresentam:

1. RECEITA

Renda de Títulos.....	72.590.411,10
Renda de Contribuições....	21.046.807,45
Outras Receitas.....	1.960,00
	<u>93.639.178,55</u>

2. DESPESA

Ajuda de Custo.....	325.160,00
Material de Consumo.....	2.276,00
Despesas Bancárias	18.673,82
	<u>346.109,82</u>

3. RESULTADO

Superavit do Período.....	93.293.068,73
---------------------------	---------------

RECEITA

A de "Renda de Títulos" originou-se da venda da aplicação em ouro, dos rendimentos da poupança no Banestado a ordem do BACEN e da valorização das cotas do F.N.I., a da "Renda de Contribuições" corresponde à diferença entre o recebimento da antecipação de 48 mensalidades para completar as 96 contribuições necessárias para a aposentadoria mínima e a devolução das contribuições mensais compulsórias corrigidas pelo BTN dos Deputados que optaram por esta forma, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 28/12/90, de "Outras Receitas" refere-se ao recebimento de quotas de seguro de vida.

DESPESA

A de "Ajuda de Custo" corresponde aos serviços administrativos referentes ao mês de janeiro e também ao encerramento das atividades do Fundo; as "Despesas Bancárias" correspondem a custódia do ouro; e a de "Materiais de Consumo" refere-se a aquisição de material de expediente.

VI - Considerando igualmente de grande importância dar conhecimento a essa Assembléia Geral Extraordinária, a minuta do Termo de Transferência encaminhado ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, protocolo n° 371, de 11/01/1991, no seguinte teor:

"TERMO DE TRANSFERÊNCIA"

O Presidente do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, Deputado WERNER WANDERER, o Tesoureiro Deputado LAURO LOBO ALCANTARA e os membros do Conselho Deliberativo, de um lado e de outro

o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Deputado ANIBAL KHURY, o Primeiro Secretário Deputado JOSÉ TADEU LUCIO MACHADO, e o Segundo Secretário Deputado WERNER WANDERER, infra assinados, em cumprimento ao disposto no Artigo 2° da Lei n° 9498/90, pelo presente instrumento dão como entregues e recebidos e, portanto, transferidos do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

1. - O Patrimônio, representado pelos seguintes valores:

A) - Cheque bancário em Cr\$

a.1- Banco Bamerindus n° 797477,
c/c 0125-12101-28 Cr\$ 67.209.417,06

a.2- Banestado n° 345858,
c/c 0125-3138-2 Cr\$ 50.382.532,55

a.3- Banco Bamerindus n° 306941,
c/c 0125-15305-6 Cr\$ 4.807.364,85

B) - Valores em NCz\$ à ordem do BACEN, em 11/01/91.

b.1- Banestado
c/c 3138-2 NCz\$ 6.555,90

b.2- Banco Bamerindus
c/c 12101-28 NCz\$ 3.094.283,02

b.3- Banestado
poupança c/497-4 NCz\$ 3.672.951,18

b.4- Banestado
poup. c/18127-2 NCz\$ 66.886.589,86

b.5- Banco Bamerindus
poup. c/899316-0 NCz\$ 63.084.784,45

b.6- Banco Bamerindus
poup. c/899259-8 NCz\$ 30.724.029,09

b.7- Banco Bamerindus
poup. c/899909-6 NCz\$ 6.070.840,01

b.8- Banco Bamerindus
poup. c/ 899304-7 NCz\$ 22.104.757,72

C) - Móveis e Utensílios
Uma máquina de contabilidade marca RUF Cr\$ 5.230,00

2. - Os documentos e os arquivos e o cadastro dos associados que, por atenderem as condições legais terão assegurados os direitos da legislação relacionada com o FEPPA, a saber:

LEONI GRANDO CARAZZI (Pensionista, viúva de associado)

VERA LÚCIA COSTA (Pensionista, viúva de associado)

GILBERTO RESENDE DE CARVALHO

NILSON ROMEU SGUAREZZI

MAURICIO ROSLINDO FRUET

WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI

DARCI DEYTOS

RENATO BERNARDI

ERVIN BONKOSKI

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO

SERGIO SPADA

JOSÉ TADEU BENTO FRANÇA

NELTON FRIEDRICH

AIRTON RAVAGLIO CORDEIRO
 EDGAR RIBEIRO PIMENTEL
 IVAN AZEVEDO GUBERT
 ODENI VILAÇA MONGRUEL
 NESTOR BAPTISTA
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI
 AMÉLIA ALMEIDA HRUSCHKA
 ANTONIO CASEMIRO BELINATTI
 EZEQUIAS LOSSO
 JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO
 ARLEIR FERRARI JÚNIOR
 EDUARDO FERREIRA BAGGIO
 LUIZ ALBERTO MARTINS OLIVEIRA
 IRONDY MANTOVANI PUGLIESI
 GERNOTE GILBERTO KIRINUS
 SABINO BRASIL DE CAMPOS
 MÁRIO PEREIRA
 RAUL VICTOR LOPES
 LEONIDAS FERREIRA CHAVES
 NELSON GUIMARÃES VASCONCELOS
 ACIR PEPES MEZADRI
 PAULO CESAR FIATES FURIATTI
 DAVID NATHANIEL CHERIEGATE
 LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA
 DJALMA ALMEIDA CÉSAR
 ARTAGÃO MATTOS LEÃO
 ORLANDO PESSUTI
 DIRCEU MANFRINATO
 HOMERO MORINOBU OGUIDO
 WERNER WANDERER
 RUBENS BUENO
 ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
 HERMAS EURIDES BRANDÃO
 ANIBAL KHURY
 ERONDY SILVÉRIO
 BASÍLIO ZANUSSO
 PIRAJÁ FERREIRA
 JOSÉ SEVERINO SILVA FELINTO
 JOSÉ AFONSO JÚNIOR
 CÂNDIDO PACHECO BASTOS
 VERA ANTONIA W. AGIBERT
 LAURO LOBO ALCANTARA
 JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO
 NEREU CARLOS MASSIGNAN
 LUIZ ANTONIO PENTEADO SETTI
 * ANTONIO FACCI
 * ARMANDO QUEIROZ DE MORAES
 * ARTHUR GOTUZZO DE SOUZA
 * DÁCIO LEONEL DE QUADROS
 * EGON PUDELL
 * ERNESTO DAL'OGGIO
 * ERNESTO GNOATO
 * FLORIVALDO PALÁCIOS
 * FRANCISCO ACCIOLI RODRIGUES DA COSTA
 NETO
 * HÉLIO MANFRINATO
 * IVO THOMAZONI
 * JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA
 * JOSÉ MUGGIATI FILHO
 * MARCIANO BARANIUK
 * OSÓRIO VALTER PIETRANGELO
 * OVIDIO LUIZ FRANZONI
 * PAULO POLI
 * ANTONIO DOS SANTOS MACIEL FILHO
 * ARYZONE MENDES ARAUJO

* AUGUSTO DE OLIVEIRA CARNEIRO
 * BENEDITO PINTO DIAS
 * DENY LINEU SCHWARTZ
 * DONATO GULIN
 * EDILSON ALENCAR BARBOSA
 * FABIANO BRAGA CORTES
 * FRANCISCO BORSARI NETO
 * FRANCISCO ESCORSIN
 * FUAD NACLI
 * GABRIEL MANOEL
 * QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA
 * IGO IWANT LOSSO
 * IVAN SANTOS RUPPEL
 * JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS
 * JOÃO MANSUR
 * JORGE AMIM MAIA FILHO
 * JORGE SATO
 * JOSÉ ANTONIO DEL'CIEL
 * JOSÉ IVO ALVES DA ROCHA
 * JOSÉ LAZARO DUMONT
 * JURANDYR MESSIAS
 * FIDELCINO TOLENTINO
 * LINEU MANSANI TURRA
 * LUIZ CARLOS STANISLAWZUK
 * LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES
 * NELSON BUFFARA
 * NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO
 * PAULO AFONSO ALVES DE CARVALHO
 * ROSÁRIO PITELLI
 * TÉRCIO ALVES DE ALBUQUERQUE
 * TUGUIO SETOGUTE
 * TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
 * WALDENICIO BARBALHO
 * WILSON FIGUEIREDO FORTES

Obs.: Os associados precedidos de asterisco (*), já estão aposentados e perceberam proventos do FEPPA.

3. - Fica convencionado que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deixa a disposição do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, a importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para a cobertura das despesas com a continuidade do processo de liquidação e extinção com os necessários cancelamentos de registros.

4. - Em complemento a este termo de Transferência a Diretoria do FEPPA, encaminhará no dia 01 de fevereiro de 1991, à Primeira Secretaria da Assembléia Legislativa os termos de aposentadoria e pensão dos associados que, por estarem no exercício de mandato de Deputado Estadual ou Federal não tiveram assinados os referidos documentos.

- E por assim darem por definitiva a transferência do Patrimônio em cruzeiros e cruzados novos bloqueados no Banco Central, direitos e encargos e finalidades do fundo, nos termos e para os efeitos do artigo 3º da Lei nº 9498/90, e das Leis pertinentes, assinam o presente termo de

transferência, aos 11 de janeiro de 1991. Ass. Presidente WERNER WANDERER; Tesoureiro LAURO LOBO ALCANTARA; Deputado ANIBAL KHURY Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado WERNER WANDERER Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Conselheiro LUIZ ALBERTO OLIVEIRA; Conselheiro JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO, e Conselheiro JOÃO MANSUR".

VII - Com este relatório, e com a devida

aprovação dos Senhores associados, resta-me agradecer a colaboração e o incansável trabalho dos que até aqui me acompanharam, visando sempre o fortalecimento do FEPPA, com dedicação e sobretudo tendo a moralidade e a honestidade como parâmetros, nas pessoas do Senhor Tesoureiro, Senhores Membros do Conselho Deliberativo e respectivos suplentes, e demais associados que conosco colaboraram.

É o relatório.

Curitiba, 11 de janeiro de 1991.

(a) WERNER WANDERER
Presidente do FEPPA.